

## **UFBA participa de estudo global para investigar impacto social da leishmaniose**

Em 2019, a Bahia registrou 1.292 casos de leishmaniose tegumentar, uma doença infecciosa, não contagiosa, que provoca úlceras na pele e mucosas. Os números divulgados pela Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (Sesab) podem ser ainda mais expressivos por conta das subnotificações, que ocorrem quando não é feito o diagnóstico da doença pelos órgãos de saúde oficiais. Ainda segundo o levantamento, Valença está no topo das notificações: foram, pelo menos, 121 casos só no ano passado. A situação do município será acompanhada agora pelo projeto Eclipse, um estudo global que pretende investigar o impacto social da leishmaniose em três países.

Liderado pela parasitologista Helen Price e pela antropóloga Lisa Dikomitis, da Universidade de Keele, no Reino Unido, o estudo será conduzido no Brasil pelo médico Paulo Machado, coordenador do Serviço de Imunologia (SIM) do Hospital Universitário Professor Edgard Santos (Hupes) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), e pela professora Leny Trad, coordenadora do Programa Comunidade, Família e Saúde (FA-SA) do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA.

“A leishmaniose tegumentar (ou cutânea) desenvolve-se quando uma pessoa é picada pelo mosquito *Lutzomyia*, que contém parasitas do tipo *Leishmania*. Esses micro-organismos atingem os vasos sanguíneos e formam lesões na pele que podem crescer de tamanho”, explica a parasitologista Helen Price.

Além do Brasil, o estudo será realizado na Etiópia e Sri Lanka, países com grande incidência da doença, mas com realidades diferentes quanto ao entendimento e enfrentamento da leishmaniose tegumentar. “Na Etiópia, por exemplo, não existe um relatório oficial sobre a doença. No Sri Lanka, a doença é mais recente e a população local ainda não têm muito conhecimento sobre o assunto”, explica a parasitologista.

Ela observa que a população brasileira tem mais conhecimento sobre a leishmaniose tegumentar, mas que a acessibilidade ao tratamento ainda é um problema a ser superado. “O que está acontecendo em um país pode ajudar a quem trabalha no outro, para que possamos trocar experiências e estabelecer colaborações”, destaca.

O projeto reúne pesquisadores de diversas áreas como antropologia, medicina, parasitologia, psicologia, ciências sociais e artes. Durante quatro anos, a equipe pretende coletar dados, criar modelos de intervenção e capacitar as comunidades para lidar com os efeitos do estigma social causado pela leishmaniose.

“O estigma não tem a ver apenas com as cicatrizes, envolve outros aspectos. A proposta do projeto é uma abordagem biopsicossocial da saúde. Por isso, em cada país, é importante que a comunidade se envolva e participe das intervenções”, explica a antropóloga Lisa Dikomitis.

### **Centro de referência brasileiro**

No Brasil, além de Valença, o projeto atuará também em Presidente Tancredo Neves e Teolândia, municípios baianos com histórico significativo de casos. O contato dos pesquisadores será feito com a colaboração das secretarias municipais de saúde e do

Centro de Referência em Leishmaniose Dr. Jackson Maurício Lopes Costa, localizado no distrito Corte de Pedra, em Presidente Tancredo Neves, onde a maioria dos casos da região é atendida.

“Nos últimos 30 anos, o Serviço de Imunologia do Hupes/UFBA vem desenvolvendo importantes projetos de pesquisa no posto de saúde de Corte de Pedra, área de elevada endemicidade para a leishmaniose tegumentar”, destaca o médico Paulo Machado.

A experiência brasileira servirá agora de base para a atuação do novo estudo. “Essa é uma doença vinculada a fatores ambientais, atingindo uma população carente da zona rural e trazendo inúmeros desafios, como a impossibilidade de prevenção pela ausência de vacina e de outros meios profiláticos”, observa.

Para o coordenador, o tratamento feito à base de medicações injetáveis e que provocam diversos efeitos tóxicos nos pacientes é mais um dos obstáculos para quem vive com a doença. “Infelizmente, a leishmaniose tegumentar é uma doença negligenciada e as políticas de saúde para lidar com essa endemia estão longe de atender o mínimo necessário”, avalia.

### **Reconhecendo o território**

O primeiro encontro do grupo britânico com os pesquisadores locais aconteceu na Universidade Federal da Bahia no mês passado. Durante uma semana, a equipe liderada por Helen Price e Lisa Dikomitis conheceu de perto as unidades da UFBA envolvidas com o projeto.

Na oportunidade, elas apresentaram as principais propostas para membros do Instituto de Saúde Coletiva, da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação e do Serviço de Imunologia do Hospital Universitário Professor Edgard Santos (Hupes/UFBA). “Tivemos uma semana especialmente produtiva e estratégica para a criação das bases do projeto na universidade”, destaca Leny Trad, professora do ISC/UFBA e coordenadora do Eclipse no Brasil.

A equipe de pesquisadores visitou ainda os municípios focos do projeto: Valença, Presidente Tancredo Neves e Teolândia. “Fizemos uma aproximação inicial com os territórios que serão alvo da etnografia e contatos especialmente ricos com alguns colaboradores e informantes-chave de pesquisa”, explica a coordenadora.

Além de rodas de conversa com membros das comunidades, os pesquisadores também acompanharam as atividades do Centro de Referência em Leishmaniose Dr. Jackson Maurício Lopes Costa, no município de Presidente Tancredo Neves, que realiza atendimento especializado da doença para a população daquela região. “Os moradores têm muita sorte de ter aquele centro de referência, mas sabemos que em outras áreas não existe sequer suprimento de medicamentos”, observa a antropóloga Lisa Dikomitis.

Para ela, o contato direto com as comunidades é o principal caminho para entender todas as dificuldades pelas quais passa a população. “O que nós queremos é que todos os nossos pesquisadores façam o itinerário dos pacientes. O que significa, por exemplo, viajar 6 horas de ônibus para buscar atendimento? Todos os pesquisadores devem fazer essa mesma jornada para descobrir o quão doloroso é o tratamento”, sugere.

O Brasil foi o primeiro país visitado pelos pesquisadores da Universidade de Keele para formalizar a cooperação e a pesquisa multicêntrica do projeto. O Eclipse terá duração de quatro anos e a expectativa é criar neste período comitês e grupos de trabalhos que possam subsidiar políticas públicas para enfrentamento da doença.

Na UFBA, o projeto tem apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Assessoria de Assuntos Internacionais, Instituto de Saúde Coletiva e Faculdade de Medicina da Bahia (Fameb).

“Além dos impactos no campo acadêmico, destaco o potencial para a saúde da população, uma vez que o Eclipse contempla intervenções visando a superação dos desafios biopsicossociais associados à leishmaniose nos contextos locais, construídas conjuntamente com atores sociais chaves”, conclui Trad.

Para saber mais informações sobre o projeto, acompanhe o perfil do Eclipse no Twitter: @ECLIPSE\_Keele

**Contato:**

Assessoria de Comunicação - Instituto de Saúde Coletiva - UFBA

Jornalista responsável: Egberto Siqueira

(71) 3283-7439 / (71) 98605-8219 / (75) 99105-6353

